

BAHIA ILLUSTRADA

JANEIRO — 1920

Numero avulso.	2\$000	Anno (registrado)	25\$000
Registrado	2\$300	6 meses (registrado)	13\$000

ANNO IV

NUM. 26



LUIZ GAMA

Da "Casa do Governo" ao "Palacio Rio Branco"

Casa do Governo

A primitiva, mandada edificar por Thomé de Sousa, em 1549, quando lançou os fundamentos desta cidade, era de taipa, como a *Casa da Camara*, e todas as construções daquelle época, pela falta que havia de materiais e de braços.

Era destinada á residência e despacho dos governadores gerais do Brasil.

No regime monarchico também por muitos annos serviu para o mesmo fim aos Presidentes da provincia.

Hoje é destinada ás recepções e despachos



PALACIO RIO BRANCO — ESTATUA DE THOMÉ DE SOUZA —
(ESCUPTURA DE PASQUALE DE CHIRICO)

officiaes, unicamente do governo do Estado, achando-se nella installada a respectiva Secretaria, e outras repartições publicas.

A residência dos governadores, actualmente, é em outro proprio Estadual, denominado *Palacio da Acclamação*, por estar situado na praça deste nome (antigo *Largo do Forte de S. Pedro*), onde, a 17 de Novembro de 1889, se acclamou a República, nesta capital.

Em 1663, governando a capitania da Bahia Francisco Barreto de Menezes, mandou este, por ordem d'El-Rey D. Affonso VI, construir no mesmo chão, mas de pedra e cal, um *Palacio*, desapparecendo a casa de taipa.

Durou a obra muitos annos, porque o novo edificio tinha 20 braços de frente, com 11 janelas, occupando um vasto quadro, e mais um *passadiço*, com 8 braços de frente, sobre 4 arcos, para a *Casa da Relação*, que mais tarde foi demolida.

Em 1851 ainda existia esse *passadiço*.

Nos tempos hodiernos, o dr. Manuel Victorino Pereira, primeiro governador effectivo da Bahia, no regime Republicano, nomeado pelo *Governo Provisorio* (23 de Novembro de 1889 a 26 de Abril de 1890), mandou demolir todo o colonial *Palacio*, e construir outro, de moderno estylo, que foi inaugurado a 24 de Fevereiro de 1900, na administração do cons. Luiz Vianna, sendo o plano e execução do engenheiro das Obras Públicas do Estado, dr. Alexandre Freire Maia Bittencourt, operosamente auxiliado pelo architecto Antonio Lopes Rodrigues.

SUMMULA HISTORICA

(1549-1919)

Em 1910, na administração dr. João Ferreira de Araujo Pinho, a decoração inesthetica que existia no frontão (um *grupo de cabóculos*) foi substituída pelas armas do Estado.

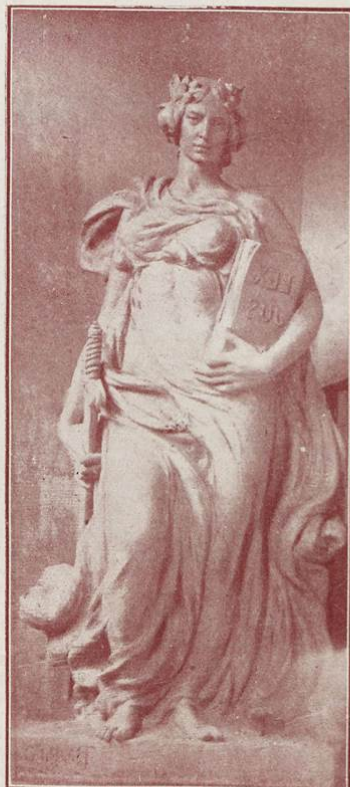
Em 10 de Janeiro de 1912, foi destruída totalmente a ala esquerda do *Palacio*, e parte central, por um incendio, proveniente das granadas do selvagem bombardeio, de origem politica, de que foi humilhanamente testemunha a população desta cidade.

A parte destruída pelas chammas, foi, para maior desventura nossa, a em que funcionava a sécular *Bibliotheca Pública*, a primeira fundada no Brasil, a 13 de Maio de 1811, pelo benemérito *Conde dos Arcos*, a esforços patrióticos do coronel Pedro Gomes Ferrão Castello Branco, e inaugurada a 4 de Agosto daquelle mesmo anno.

No antigo *Palacio* colonial, mandado construir por Francisco Barreto de Menezes, em 1663, e demolido em 1890, no governo do dr. Manuel Victorino Pereira, se hospedaram três soberanos:

— Em 1808, D. João VI (então *Principe Regente*) e a familia real portuguesa, quando aqui chegaram, pela primeira vez, abandonando a pátria, por contingencias politicas.

Nesta cidade chegaram, com grande numero de seus vassallos, no dia 22 de Janeiro de 1808, desembarcaram a 23, e se demoraram



PALACIO RIO BRANCO — A LEI — ALLEGORIA QUE FIGURA NA FACHADA PRINCIPAL
(ESCUPTURA DE PASQUALE DE CHIRICO)

32 dias; partindo a 24 de Fevereiro para o Rio de Janeiro.

— Em 1826, D. Pedro I, a Imperatriz D. Leopoldina, e a Princesa D. Maria da Gloria, que foi, depois, Rainha de Portugal.

— Em 1859, o Imperador magnânimo e democrata D. Pedro II, e a Imperatriz Theresa

Christina, quando, pela primeira vez, também visitaram esta nossa antiga provincia.

Um facto, de alto relêvo histórico, para as Letras nacionais, e, particularmente, para a Bahia mental, se pôde registar, de que foi, ainda, testemunha esse mesmo *Palacio*: a fundação, em 7 de Março de 1724, e official inauguração, em 23 de Abril, da *Academia Brasileira dos Esquecidos*, pelo 4.º Vice-Rei Fernandes Cesar de Menezes, depois *Conde de Sabugosa*, um dos mais illustres governadores que teve a Bahia, e o que mais tempo governou (1720-1735).

Creando essa Academia Literária, a pri-



PALACIO RIO BRANCO — O PODER — ALLEGORIA QUE FIGURA NA FACHADA PRINCIPAL
(ESCUPTURA DE PASQUALE DE CHIRICO)

meira de tal natureza que teve o Brasil, tinha por objectivo Vasco Fernandes desenvolver as Letras na Bahia, e animar os homens de talento, consoante o testemunho do academico Sebastião da Rocha Pitta, que foi seu presidente.

Teve curta duração, só realizando 18 sessões; mas foi uma instituição de resultado proficuo, conforme no-lo assevera Mello Moraes, e outros historiographos brasileiros.

Palacio Rio Branco

No governo do exmo. sr. dr. José Joaquim Seabra, foram iniciadas as obras de reconstrução de toda a parte incendiada em 10 de Janeiro de 1912, e de remodelação da fachada principal, projectadas pelo architecto Julio Conti, tendo sido, porém, todo o plano geral modificado pelo engenheiro civil Arlindo Coelho Fragoso, então Secretario Geral do Estado, plano esse que, por seu turno, também sofreu sensiveis alterações durante sua execução.

Nessa primeira phase da reconstrução do *Palacio*, foi a *Inspectoria de Obras Publicas* incumbida da execução dos trabalhos, sob a direcção do engenheiro Themistocles de Menezes, que fez, por administração, toda a caixa do edificio, e outras obras de vulto, sendo fiscal, por parte da Inspectoria, o engenheiro Luis Adami.

Assumindo o governo do Estado o exmo. sr. dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão, em 29 de Março de 1916, proseguiram as obras, em seu segundo periodo, pôde-se assim considerar,



PALACIO RIO BRANCO — (BAHIA)

INAUGURADO A 15 DE NOVEMBRO DE 1919 — PHOTOGRAPHIA DA OBRA INEDITA — BAHIA HISTORICA — DE SILIO BOCCANERA JUNIOR.

e foram, afinal, ao cabo de quase oito annos, contados do funesto incendio, concluidas pelo distincto engenheiro-architecto, cav. Filinto Santoro (da Real Universidade de Napoles—medalha de ouro, e grande prêmio), a cuja capacidade técnica, sobejamente provada, dentro e fóra do paiz, talentos artisticos e cultura, com qual completa sua bella e nobre profissão, se deve, exclusivamente, o sumptuoso trabalho de toda a parte interna do novo Palácio.

Inauguração

No dia 15 de Novembro de 1919, data commemorativa da proclamação da República, foi, official e solennemente, inaugurado o Palácio Rio Branco (Palácio do Governo), assim denominado pelo local onde se acha situado.

Em breve oração fez o sr. coronel Germano Francisco de Assis Junior, encarregado da reconstrução, na segunda phase, a entrega do grandioso edificio, cabendo ao exm. sr. dr. Pedreira Franco, Secretario da Agricultura e Obras Públicas, recebê-lo, e inaugurá-lo, em nome do Governador do Estado, proferindo, na occasião, eloquente discurso congratulatório, elevado de conceitos civicos, e nobres pensamentos, no qual, memorando as phases da reconstrução, exalta a obra magnificente do Palácio, e regista, igualmente, toda a parte descriptiva dos trabalhos effectivados, que, no seu conjunto, darão ao estrangeiro, na opinião do mesmo illustre Secretario de Estado, — a impressão de quem vai tratar com um povo culto, nobre, activo, independente e poderoso.

«Deste Palácio, afirma, ainda, s. exc., são inseparaveis as idéas de grandeza, de nobreza, de austeridade majestosa; dahi o que se fez para corresponder, dentro das nossas forças, ás fórmulas impostas pelo direito costumeiro de todos os povos civilizados».

— Terminada a cerimonia official da inau-

guração, foi o majestoso Palácio franqueado á visita pública, durante os dias 15 e 16, e respectivas noites, sendo elevado o número de visitantes.

Ainda está desprovido, completamente, de ornamentação e mobiliário.

Pormenores da reconstrução

Já pelo valor official da descripção, já pelo interessante registo que, por si só, constitue o melhor e verdadeiro historico, reproduzimos os trechos seguintes do discurso pronunciado pelo exm. sr. dr. Pedreira Franco, no acto, já referido, da entrega do Palácio:

«Coube ao actual Governo a conclusão do Palácio, abrangendo uma grande parte da obra, principalmente no interior do edificio, onde os trabalhos artisticos de pintura, escultura, carpintaria e outros, com a sua multiforme decoração se impõem a quem com justiça e criterio apreciar as partes componentes do predio.

«Contractou a conclusão desses trabalhos o coronel Germano Francisco de Assis Junior, que conseguiu vencer grandes difficuldades, muitas das quais oriundas da falta de material importado do estrangeiro, durante a conflagração europeia.

«A execução dessa parte da obra foi confiada ao distincto engenheiro-architecto, cav. Filinto Santoro, cuja competencia folgo de reconhecer, e que, na altura da sua missão, interpretou com fidelidade o pensamento do Governo.

«Por parte da inspeccoria de Obras fiscalizaram os trabalhos contractados, com o coronel Germano Francisco de Assis Junior, a principio, o engenheiro militar Custodio dos Reis Principe, e, depois, o engenheiro civil Celso Torres, que não pouparam esforços para com zelo, intelligencia e criterio se desempenharem da sua honrosa incumbencia, tornando-se ambos dignos de louvores.

«Como nas grandes construcções modernas, onde o pensamento dos séculos repousa no bronze, no marmore, na tela, também figura no Palácio Rio Branco três civilizações distinctas.

«Forneceu assumpto para uma sala do Palácio a cidade de Pompéa, que durante 18 séculos permaneceu incognita na sua própria sepultura, com as suas formosas columnas jonicas, á entrada da Acrópole, os seus inimitaveis bronzes, as magnificas decorações a fresco de seus átrios, as suas pinturas inspiradas nos poemas de Homéro, toda a sua magnificencia de outróra.

«Nas ruinas dessa cidade, que vive da sua morte, respira-se ainda o fausto do mundo romano no 1.º século da era Christá. O *touriste* que percorre, hoje, as suas largas ruas calçadas, os seus theatros, os seus templos, os seus fóros, a casa de Sallustio, póde iniciar-se completamente nos usos e costumes da vida publica e privada daquella época.

«A sala pompeiana, que nas suas pinturas typicas, nos seus detalhes, no seu conjunto, lembra o interior das formosas villas erigidas pelos *civis romanus*, na soberba cidade, herdeira legitima da paixão hellenica, representa uma civilização extincta.

«Por sua vez o vasto salão nobre do Palácio Rio Branco, destinado ás recepções, obedece ao estylo chamado Luiz XVI, introduzido no reinado deste principe por Marigny, então chefe das bellas artes. Ahi predominam as linhas rectas, estabelecendo uma concordancia rigorosa entre o simples e o bello.

O estylo Luiz XVI traduz um periodo da civilização, em que o espirito humano, ávido de novos ideais, parece lóbrigar as reformas que dentro de poucos annos convulsionaram o mundo.

Nessa sala destaca-se a parede do fundo, junto ao corêto, com as suas obras de escultura, de uma belleza severa.

No mesmo estylo do salão nobre, foi architectada a sala de espéra no pavimento terreo, contigua ao formoso salão que dá para o terraço, do lado do mar, cujo tecto, vasado nos moldes do estylo resnascença, constitue um primor no seu genero.

Como expressão da arte contemporanea ou da civilização moderna, sobresaí a sala junto ao terraço do pavimento superior, com as suas linhas singelas, condensando diversos estylos.

Longe iria se tivesse, ainda que ligeiramente, de me referir a todas as dependencias do Palácio; mas não me posso furtar ao dever de citar algumas.

Os terraços com os respectivos intercolumnios communicando-se por lances de escadarias com os jardins situados em diversos planos, de onde se discortina a nossa soberba bahia, constituem, no conjunto, a expressão da arte na natureza.

O saguão, com allegorias inspiradas em assumptos que se prendem ás nossas instituições politicas, á nossa história e á própria natureza que nos cerca, relembra factos importantes que presidiram á formação de nossa nacionalidade.

Uma allegoria em torno das armas do Brasil mostra os Estados ligados por laços indissolúveis ao centro, constituindo a Federação.

O Rio de S. Francisco, o nosso fecundo Nilo, de ilhas bordado, em cujas margens as enchentes periodicas desafiam as energias de uma raça de bravos que, em luta com os elementos, defende-se, heroicamente, está representado por admiravel grupo symbolico.

Os ricos portões de madeira delicada, obra de talha, são dignos da majestosa fachada principal, coroada por imponente zimbório. Ahi figuram duas grandes aguias, symbolo que os povos da raça latina adoptaram como expressão da força.

O emblema da Republica Romana era a aguias que passou ao Imperio. Cada legião tinha a sua, suspensa na ponta de uma lança; a principio de madeira, depois de prata, e com Cesar e seus successores de ouro massiço.

A Grecia antiga tomou a aguias para representar o genio e a grandeza.

Na guerra da independencia dos Estados Unidos, a aguias figurou no seu pavilhão em campo verde semeado de estrellas.

Em 1804 tornou-se o emblema da França Imperial.

Em todos os tempos e em quase todos os paises a allegoria e o symbolismo têm usado e abusado da aguias como emblema nos seus edificios publicos.

Entre as estátuas allegóricas destacam-se

as do Poder e da Justiça, emblemas dos Governos em todos os tempos.

A estátua de Thomé de Souza, primeiro governador da Bahia, fundador da cidade, encrustada na parede que fica sobre o patamar, onde terminam os dois primeiros lances da escadaria, monta guarda aos destinos do Palácio, que elle edificou sob outro aspecto, ao serviço da metrópole, com o título de *Casa do Governo*.

Como se vê, a Bahia colonial, de trezentos e setenta annos atrás, já aspirava a um Palácio que fosse a sede do seu governo, e o teve, desde aquella época, modificado no Imperio e, hoje, completamente remodelado na Republica.

As suas successivas transições marcam os três períodos culminantes da nossa vida politica: Colonial, Imperial e Republica.

Em complemento, registamos que as alludidas estátuas allegóricas do Poder e da Justiça, bem como a de Thomé de Souza, foram

memória do grande estadista José Maria da Silva Paranhos (2.^o Barão do Rio Branco), o integrador do território nacional, pelas suas gloriosas victórias diplomaticas, nascido no Rio de Janeiro a 20 de Abril de 1845, e alli fallecido a 10 de Fevereiro de 1912.

Foi demarcada por Thomé de Sousa, em 1549; domina o mar, offerecendo um dos mais pinturescos panoramas; e está sobranceira à *Ribeira do Góes*, antigamente assim chamada, que comprehendia as marinhas, desde a *Afandega* actual, até à embocadura da rua das *Grades de Ferro*, ao largo de *Santa Bárbara*.

Diz Gabriel Soares, o primeiro chronista do Brasil, que em seu tempo se faziam nessa praça (então da *Parada*) corridas de toiros.

Para se poder fazer uma idéa do que era ella nos tempos coloniais, trasladamos para aqui a descripção feita por Luis dos Santos Vilhena, em suas *Noticias Soteropolitanas e Brasilicas*, datadas de 1802, respeitando fielmente

para Portugal, onde é de presumir houvesse morrido.

A obra alludida, sobre a Bahia colonial, está inédita, possuindo o *manuscripto* a *Bibliotheca Nacional* (Rio de Janeiro), catalogado sob n. 2544, e é considerada um raro thesoiro da Bahia do século XVIII, pelos versados em história Pátria, dentre estes o dr. Capistrano de Abreu, que affirma ser — «o trabalho mais perfeito sobre a Bahia antiga».

— Ao *Príncipe Regente*, D. João, dedicou o auctor este seu trabalho em 1802.

Nosso *Archivo Público* possue, hoje, uma cópia de tão precioso *manuscripto*, que consta de dois grandes volumes, ornados de estampas, photogravuras, plantas e mappas, mercê do patriótico esforço do senador federal, exmo. sr. dr. José Joaquim Seabra, que, pessoalmente, no dia 23 de Fevereiro de 1918, fez a entrega official ao governo do Estado, representado pelo exmo. sr. dr. Gonçalo Moniz Sodré de Aragão, Secretario do Interior e Instrução Pública; do que



PALACIO RIO BRANCO — LATERAL DO LADO DO MAR — (PHOTOGRAPHIA DA OBRA INEDITA — BAHIA HISTORICA — DE SILIO BOCANERA JUNIOR)

modeladas pelo abalizado esculptor italiano Pasquale de Chirico, entre nós residente, o mesmo artista que se encarregou do monumento ao Barão do Rio Branco, a teado na *Avenida Sete de Setembro*, nesta capital, desde o dia 13 de Maio do anno corrente.

Registamos, também, que as obras de reconstrução custaram ao Estado — 1.581:762\$309 — conforme declaração official do governo.

O local

Primitivamente denominava-se *Praça da Parada*, e, ao depois, *Praça de Palacio*, o local onde se acha construido o *Palacio Rio Branco*.

Durante todo o regime monarchico, conservou o nome de *Praça de Palacio*; só passando em 1889, quando foi pelo advento da Republica, a denominar-se *Praça da Constituição*, e, tempos após, *Praça do Conselho*.

Pela Resolução n. 333, de 24 de Maio de 1912, do governo municipal, passou a ter a denominação actual de *Praça Rio Branco*, em

a respectiva orthographia, bastante interessante, daquelles tempos, de cem annos já passados:

«A *Praça de Palacio*, hé hum quadrado, aque hum autor patricio dá 26,244 péz quadrados; ehé ornada pelo lado do Sul com o Palacio da residencia dos Governadores; no opposto fica a *Casa da Moeda*; eduas propriedades particulares. Ao Nascente fica a grande *Casa da Camara*, e *Cadeyas*, e no lado opposto estão os passos da *Relação*, o corpo da Guarda principal eduas insignificantes propriedades. Seis ruas vem sahir aesta Praça, pelas quaes se comunica a toda a Cidade.»

Façamos aqui, de passagem, uma referencia a Luis dos Santos Vilhena, e ao valor da sua citada obra.

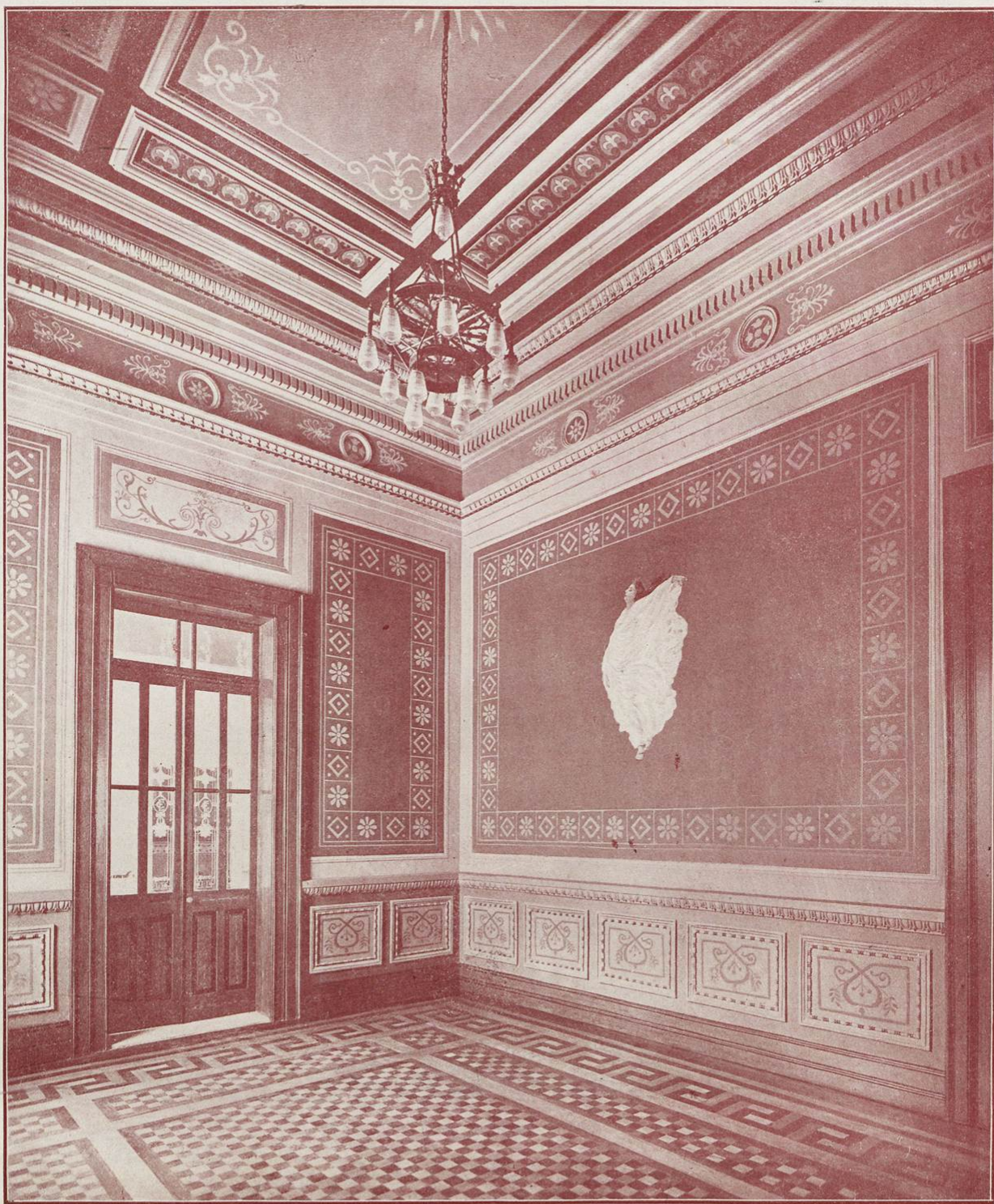
Era de nacionalidade portugueza.

Aqui na Bahia, onde durante muitos annos residiu, foi professor de lingua grêga.

Embarcou-se, a 16 de Dezembro de 1979,

se lavrou uma acta especial, da qual consta que o exmo. sr. dr. Seabra, por essa fôrma, se desobrigava da incumbencia que lhe fôra confiada pelo governo do exmo. sr. dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão, que o pensamento tem, ainda, de mandar publicá-la em fôrma de livro, por conta do Estado, dest'arte meritório serviço, digno de maior applauso, prestando ás lêtras históricas do paiz, principalmente as desta nossa terra, tão esquecida de nosso governos em tudo o que tange ás *Bellas-Artes* e *Bellas-Lêtras*, ou, positivamente, só existindo para os interesses partidarios da baixa politica, da funesta *Politicália*, que, ao em vez de cidadãos úteis á communhão social, á felicidade do seu povo, ao progredimento moral-civilizador da terra natal, gera sómente egoismos, ambições, rivalidades, ódios, vinganças e luctas fratricidas.

Os interesses individuais, subalternos, sobrepunhando os de valor máximo para a collectividade; todos os deificantes sentimentos de



PALACIO RIO BRANCO — PATAMAR DA ESCADA E VESTIBULO DO SOBRADO — (PHOTOGRAPHIA DA OERA INÉDITA "BAHIA HISTORICA"—DE SILIO BOCANERA JUNIOR)

virtude moral—carácter, justiça, dever e civismo—transformados em negregadas paixões, toxicantes umas, sanguinárias outras; eis o que se observa, e tudo poderá significar,—menos progresso-civilizador, menos elevação do pensamento, menos o marchar do homem para a conquista do bem social, dos pulchros ideais que edificam, engrandecem, e nobilitam.

Prosigamos, porém, nosso esforço histórico, porquanto não intentamos fazer aqui nenhuma psychologia politica dos nossos homens, dirigentes directos ou indirectos de nossos destinos.

O Pelourinho

Durante muitos annos existiu nessa praça o *Pelourinho*, uma columna de pedra de cantaria, com argolas de bronze, onde eram amarrados e castigados, pública e barbaramente, naquelles tempos ominosos, os escravos e os condemnados aos açoites.

Mais tarde esse póste de supplicio de negregadas éras de obscurantismo, aviltante instrumento do despotismo da metrópole, foi mudado para o alto da ladeira do *Rosario da Baixa dos Sapateiros*, que ficou, por isso, e até bem

poucos annos, denominado — *Largo do Pelourinho*, actualmente — *Praça José de Alencar*.

Por ordem da Municipalidade, foi demolido esse infamante *Pelourinho* em 1835, collocando-se em seu lugar um chafariz, em 1857, anno em que começou esta cidade a ter fornecimento de água potavel, sendo, então, levantados vários chafarizes nas principais praças, alguns de marmore de Carrára, e muito valor artistico, que, pouco a pouco, estão desaparecendo de nossas vistas, por serem já *coisas inúteis* para o senso esthetico de nossos dirigentes, ignorando-se o destino que têm tomado, e só por um milagre ainda existindo, intactos,

das Prças 13 de Maio e 15 de Novembro (antigas da Piedade e Terreiro de Jesus).

Remodelação e calçamento

Em 1874, administrando a Bahia o dr. Venancio de Oliveira Lisboa, foi feito o alargamento e aformoseamento da praça, demolindo-se, para esse fim, a vetusta *Casa da Moeda*, mandada construir, em 1694, por D. João de Lancastro, e mais quatro propriedades particulares.

Uma gradaria de ferro ficou, então, guardando a praça, do lado do mar e do norte, em cujo prolongamento foram interpostos, em equidistantes espaços, 19 estátuas allegóricas, de marmore, e candelábrs para a illuminação pública.

Nessa mesma occasião se fez, também, todo o calçamento da praça, a paralelepípedos.

Ultimamente, em virtude da construcção do edificio destinado á *Bibliotheca Pública*, foram desse lado retiradas 8 das alludidas es átuas,

pal remodelada, desde 1887, nesse magnifico estylo — *Renascença*, e de seus pavimentos terreos desapareceram para sempre as *caieas públicas*, e o *celleiro* da cidade.

A Casa da Moeda

está substituída pelo grandioso palacio da *Bibliotheca Pública do Estado*, recentemente inaugurado, em 28 de Setembro deste anno.

A Casa da Relação

primeiro *Tribunal da Bahia*, e do Brasil, creado em 1609, no governo geral de D. Diogo de Menezes e Cerqueira, depois de reconstruída por D. João de Lancastro, foi, afinal, demolida em 1871.

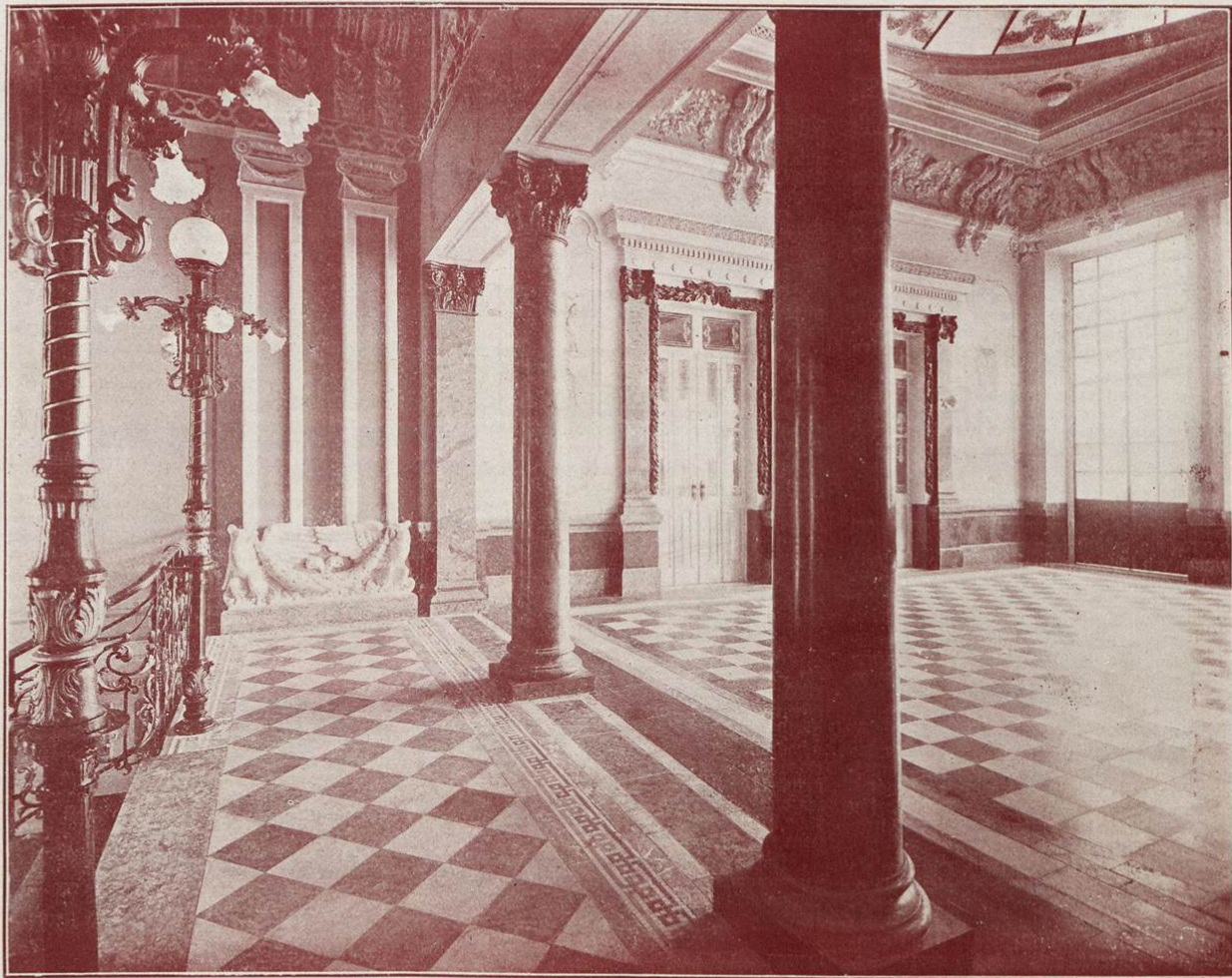
Esse *Tribunal* foi suppresso em 5 de Abril de 1626, por alvará de Philippe III, rei da Espanha, e só vinte e seis annos mais tarde, em 1652, foi, de novo, restabelecido, no governo do Vice-Rei João Rodrigues de Vasconcellos (conde

adquirido pelo governo da antiga provincia, á rua do *Pandelo*, onde estiveram, até bem pouco tempo, installadas as repartições do *Thesouro do Estado*, demolido agora para nova construcção, apropriada a esse departamento do serviço público, de estylo architectonico moderno, estando já prompta uma das alas, e nella funcionando o *Thesouro*, proseguindo as obras da outra, e da parte central.

A *Thesouraria Provincial* foi creada a 31 de Maio de 1839, pelo Presidente da provincia, cons. Thomás Xavier Garcia de Almeida, em cumprimento do art. 3.º da Lei do Orçamento n. 103, tendo por fim a arrecadação das rendas dos impostos provinciaes, que, até então, eram cobrados pela *Mesa de Rendas*.

O primeiro inspector da *Thesouraria Provincial* nomeado foi o cidadão Joaquim Carvalho da Fonseca, principiando a funcionar a repartição a 1 de Outubro de 1839.

Em 15 de Setembro de 1877, tomou a deno-



PALACIO RIO BRANCO — PATAMAR DA ESCADA E VESTIBULO DO SOBRADO — (PHOTOGRAPHIA DA OBRA INÉDITA "BAHIA HISTORICA" — DE SÍLIO BOCANERA JUNIOR)

além dos candelábrs e gradarias correspondentes.

Duas das estátuas, representando a *Música* e a *Esculp'tura*, estão recolhidas ao *Archivo Público*, mercê dos louváveis esforços do seu digno director, o dr. Francisco Borges de Barros.

As outras seis estão quebradas, inutilizadas (1), dando o testemunho eloquente do grande zelo que tiveram por sua conservação.

Com o perpassar das eras tudo foi evoluendo-se, e, portanto, mudando, assim, a phisionomia da velha cidade, e os costumes, também, do seu povo, principalmente nestes últimos sete annos, a datar de 1912, do inicio das grandes obras de remodelação, de aformoseamento, tantas e tão altanadas, que nem o Gabriel Soares, nem o Luis Vilhena, si aqui pudessem voltar, reconheceriam mais a antiga capital destes vastos Brasis.

A Casa da Camara

hoje *Páço Municipal*, tem a sua fachada princi-

de *Castello Melhor*) reinando em Portugal Dom João IV, que lhe deu novo *Regimento*, existente no *Archivo Público* destê nòsso Estado.

O primeiro data de 25 de Setembro de 1587.

D. João de Lancastro, que importantes obras fez aqui na Bahia durante seu prolongado governo (1694-1702), mandou construir novo prédio para esse *Tribunal*, no mesmo local, que se communicava com a *Casa do Governo* por um *passadizo*, por onde passavam os antigos governadores ou capitães-generais, que presidiam ás sessões do *Tribunal*.

Nesse prédio funciou, durante alguns annos, a

Thesouraria Provincial

de onde se transferiu para outro, sito á mesma praça, em 9 de Junho de 1871, anno em que se demoliu a velha *Casa da Relação*, passando, ao cabo de oito annos, em 13 de Julho de 1879, a occupar um prédio próprio, de estylo nobre,

minação de *Thesouro Provincial*, e a de *Thesouro do Estado*, no regime republicano.

Um palacio colonial

Também já não existe o edificio para onde se transferiu a *Thesouraria Provincial* em 1871.

Era um antigo solar dos fidalgos portuguezes; demorara no angulo formado pelas ruas da *Misericórdia* e *Visconde do Rio Branco* (antiga *Ladeira do Paço*); no alto da porta principal figurava, em pedra de cantaria, um brazão de grande nobreza.

Quando foi pela última remodelação da cidade, em 1913, a Camara Municipal mandou demoli-lo, e sobre seu chão construiu-se um magnifico edificio de quatro andares, além do pavimento terreo, occupado aquelle, actualmente, pela *Pensão das Nações*, e este, pela grande *Pastellaria Triumpho*, inaugurada em 31 de Dezembro de 1914, propriedade de Coqueijo, Salinas & C., e o prédio do negociante espanhól Domingos Coqueijo Sampaio.